



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ALLAN DA SILVA RIBEIRO DE MORAIS**

**ENTRE AS ARTES DE NAVEGAR E AS PUNIÇÕES: O  
COTIDIANO NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIRO  
NA PARAÍBA  
(1871-1942)**

**JOÃO PESSOA  
2021**

**ALLAN DA SILVA RIBEIRO DE MORAIS**

**ENTRE AS ARTES DE NAVEGAR E AS PUNIÇÕES: O  
COTIDIANO NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIRO  
NA PARAÍBA  
(1871-1942)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, e pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em História, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**Orientador (a):** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Engler Cury.

**JOÃO PESSOA  
2021**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M785e Morais, Allan da Silva Ribeiro.

Entre as artes de navegar e as punições: o cotidiano  
na

Escola de Aprendizes Marinheiros na Paraíba. / Allan da  
Silva Ribeiro Morais. - João Pessoa, 2021.

44 f.

Orientador: Claudia Engler Cury.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da  
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
2021.

1. Escola de Aprendizes-Marinheiros. 2. Educação  
profissional. 3. Métodos punitivos. 4. Homogeneização  
dos corpos. 5. Projeto civilizacional. I. Cury, Claudia  
Engler. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 37:94(81)

**ALLAN DA SILVA RIBEIRO DE MORAIS**

**ENTRE AS ARTES DE NAVEGAR E AS PUNIÇÕES: O COTIDIANO  
NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIRO NA PARAÍBA  
(1871-1942)**

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Banca Examinadora**

**(Nota: Dez)**

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Engler Cury - (UFPB)  
Orientadora

**(Nota: Dez)**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior - (UFRN)  
Leitor

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando Pureza – (UFPB)  
**Leitor**

## DEDICATÓRIA

*Dedico a realização deste trabalho a todos aqueles que estiveram ao meu lado sentindo de igual modo os momentos de felicidades e auguras que envolveram esta caminhada acadêmica. Inicialmente devo graças ao meu Senhor por ter me concedido chegar até esse momento, afinal mesmo diante de muitos momentos extremamente difíceis, muitos dos quais retiraram momentaneamente o brio e alvo almejado, ainda sim pude perceber o cuidado aos mínimos detalhes daquele que nunca me abandonou, reerguendo-me e animando-me para continuar fazendo o melhor possível para sua honra e glória. A minha mãe que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, sendo o curso de graduação em História não somente apoiado, mas, sobretudo incentivado pela mesma, seja enquanto ela esteve bem de saúde, mas também enquanto esteve por uma grande extensão de tempo ao longo de meu curso acometida de um câncer. Mesmo diante desse cenário, ela nunca deixou de me incentivar a continuar. A minha namorada que, por um longo período carregou nos ombros meus momentos de instabilidade emocional, sendo de maneira amorosa e com singeleza de coração um sustentáculo no qual pude recobrar minha lucidez e força.*

## **AGRADECIMENTOS**

De maneira especial tenho profundos agradecimentos a minha família constituída por minha irmã Maria Mayara, minha mãe Maria Eunice e o meu Pai José Tércio. Juntos eles constituem muito da minha avidez por ser a minha melhor versão como profissional, assim como principalmente a minha melhor versão de cidadão, que demonstre continuamente tolerância e respeito para com a sociedade.

Mais uma vez agradeço o apoio afetivo, emocional e moral disposto a mim por minha namorada Kêmylly Guedes, a qual juntamente com sua família puderam me proporcionar momentos de alegria expostas em autênticos sorrisos descontraídos, os quais por mais efêmeros que fossem, constituíram-se de fundamental importância no processo de reflexão e subsequente autocontrole imprescindível para o término desta produção.

Meu caro amigo e companheiro de curso José Augusto, versado de grandes qualidades intelectuais, as quais felizmente não sobrepõem suas qualidades enquanto ser humano afável e solícito. É diante dessas qualidades que me auxiliaram em tantos momentos de dificuldades, que encerro essa etapa tendo mais um grande exemplo de pessoa que verdadeiramente almejo ser um dia. A você Augusto, eu agradeço.

Gratidão finalmente a professora Dra. Cláudia Engler Cury, a qual tenho profunda admiração, vendo-a constantemente como o meu referencial de profissionalismo, afinal para mim ela carrega todas as qualidades de uma verdadeira profissional da educação, tendo não somente organização sobre seus recursos didáticos e metodológicos, mas também e principalmente possuindo o recurso empático tão necessário à profissão. À senhora professora, eu agradeço profundamente, saiba que eu sempre desejo o melhor sobre sua vida.

***"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".***

*Paulo Freire, 2003.*

## RESUMO

Esta monografia visou discutir o contexto relacional entre o ensino das artes de marinhagem como uma modalidade de ensino voltado para a profissionalização de marinheiros nacionais e os métodos multidisciplinares de características punitivas/repressivas orientadas aos aquartelados remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros, na província da Paraíba entre os anos de 1871 a 1942, visualizando como essa prerrogativa de educação profissional e violência disciplinar foram postuladas como norteadoras formativa/educativa daqueles paupérrimos e desvalidos que comporiam as fileiras da armada naval. Esse arregimento da violência hierarquizada perpassa a lógica foucaltiana de docilização e controle das ações cotidianas, sendo essas responsáveis pela possibilidade de uma plena homogeneização dos corpos que, em decorrência dos novos preceitos ideológicos, necessitavam ser não somente separados e subjugados, mas também civilizados. É destacadamente sobre esse processo de transição intercambial entre sistemas governamentais (Monarquia e República) que a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Paraíba emergiu sob os novos discursos civilizatórios, os quais não hão de excluir a tradicional cultura militarizada da disciplina impositiva e vigilância segregacionista, convergindo assim para uma amálgama de civilidade controlada. Neste contexto de difusão educativa pautada em transformações estagnantes, o presente estudo dialoga com o campo da História da Educação, mais especificamente tendo como referências a cultura escolar, a cultura material escolar e as discussões sobre métodos punitivos e disciplinares no ambiente das instituições escolares. A documentação consultada a exemplo de Relatórios de Presidente de Província (RPP) e Livros de Copiador de Ofício se referem a documentos já transcritos e digitados a partir do Arquivo da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro e disponibilizada para dois grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/UFPB), assim como o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Diversidade (GEPHED/UFRN). Dessa forma, conclui-se que, apesar das vultosas vistas aplanadas que o projeto civilizacional concedeu aos indivíduos sem projeção social e cultural, isto é, aos ordinários, a efêmera sensação logo passou por entre seus olhos diante da constatação de espaços preservados e novamente legitimados a cumprirem sua missão, qual seja: caçar, capturar e inculcar o mínimo necessário de conhecimentos básicos, tornando-os assim aptos a utilização de uma nação que desejava modernizar-se.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes-Marinheiros, Educação profissional, Métodos punitivos, Homogeneização dos corpos, Projeto civilizacional.

## ABSTRACT

This monograph aimed to discuss the relational context between the teaching of seamanship arts as a teaching modality aimed at the professionalization of national sailors and the multidisciplinary methods of punitive/repressive characteristics oriented to barracks sent to the School of Marine Apprentices in the province of Paraíba between the years 1871 to 1942, viewing how this prerogative of professional education and disciplinary violence were postulated as formative/educational guidelines for those very poor and disadvantaged who would make up the ranks of the naval armada. This array of hierarchical violence permeates the Foucaultian logic of docile and control everyday actions, which are responsible for the possibility of a full homogenization of bodies that, as a result of new ideological precepts, needed to be not only separated and subjugated, but also civilized. It is prominently on this process of exchange transition between governmental systems (Monarchy and Republic) that the Company of Apprentices-Marinheiros of Paraíba will emerge on the new civilizational discourses, which will not exclude the traditional militarized culture of imposing discipline and segregationist surveillance, thus converging on an amalgamation of controlled civility. In this context of educational diffusion based on stagnant transformations, this study of a descriptive character and qualitative approach to the sources is typified by dialoguing with the field of History of Education, more specifically with references to school culture, school material culture and discussions on methods punitive and disciplinary measures in the environment of school institutions. The documentation consulted, for example, Provincial President Reports (RPP) and Official Copier Books refer to documents already transcribed and typed from the Brazilian Navy archive in Rio de Janeiro and made available to two research groups: Group of Research in the History of Education in the Northeast 19th century (GHENO/UFPB), as well as the Group of Studies and Research in History, Education and Diversity (GEPHED/UFRN). In this way, it is concluded that, despite the huge flattened views that the civilizational project granted to individuals without social and cultural projection, that is, the ordinary, the ephemeral sensation soon passed between their eyes in front of the observation of preserved and again legitimized spaces to fulfill their mission, namely: hunting, capturing and instilling the necessary minimum of basic knowledge, thus making them suitable for the use of a nation that wanted to modernize itself.

**Key-words:** School of Apprentice-Sailors. Professional education. Punitive methods. Homogenization of bodies. Civilization project.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1 ERIGIDA SOBRE ESCOMBROS: A CRIAÇÃO E CONTURBADA TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA (1871-1849).....</b>	<b>04</b>
1.1 A SALVAÇÃO DOS MAUS COSTUMES: A PROJEÇÃO INSTRUTIVA PRECONIZADA PELA MARINHA AOS ÓRFÃOS E DESVALIDOS.....	06
1.1.1 PEDAGOGIA DA DISCIPLINA: A IMORALIDADE FRENTE A UMA CULTURA ESCOLAR PUNITIVA.....	07
<b>2 DESVALIDOS E VULNERABILIDADE SOCIAL NA PARAÍBA DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>08</b>
2.1 INSURREIÇÕES, GUERRA DO PARAGUAI E SEGREGAÇÃO DE CLASSE.....	10
2.2 O DISCURSO HIGIENISTA COMO FERRAMENTA DE SEGREGAÇÃO.	12
2.3 MERITOCRACIA DO DESMÉRITO: A MISÉRIA COMO LEGITIMADORA DA "RAZÃO DE SER" DAS COMPANHIAS.....	13
<b>3 CIENTIFICISMO ENCARCERADO: O AVANÇO CIENTÍFICO DO SÉCULO XIX SOB O OLHAR DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
3.1 NOVOS TEMPOS, VELHAS IDEOLOGIAS: A MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS EM FACE DO PERÍODO REPUBLICANO.....	17
<b>4 AÇÕES REGULADAS PELO RELÓGIO: A UTILIDADE RACIONAL DO TEMPO NO PROCESSO DE DOCILIZAÇÃO E HOMOGEINIZAÇÃO DOS CORPOS.....</b>	<b>20</b>
4.1 AS SISTÉMICAS LIMITAÇÕES ATEMPORAIS: A REALIDADE DA PRÁTICA INSTRUCIONAL APLICADA NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA.....	21
4.2 A REPRESSÃO ININTERRUPTA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA COMO EFICAZ FERRAMENTA METODOLÓGICA.....	24
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## **INTRODUÇÃO:**

Entre o término de uma guerra e vésperas de um golpe revolucionário ordena-se a criação no ano de 1871 da Companhia de Aprendizes-Marinheiros localizada na província da Paraíba. Palco de contínuas falhas comunicativas, as quais geravam dissensões ideológicas e subsequentes sublevações abertas, a pequena província paraibana sempre carregou consigo uma resistente e difícil platéia, a qual se levantava como principal antagonista das súbitas mudanças propostas pela centralidade governamental seja ela de origem imperial ou mesmo posterior origem republicana. Logo, há de destacar que, para além da já reconhecida necessidade de acrescentar corpos aos viveiros da Armada Naval, dispondo tais estabelecimentos de uma instrução formativa daqueles que comporiam a linha de frente da proteção soberana da Nação, o emergente projeto das Companhias também vislumbrou a separação, controle e, sobretudo disciplina daqueles ociosos classificados enquanto grupo classe volátil e perigosa à conservação da ordem. Sendo assim, analisar como essa educação apropriada para os muros da instituição de marinheiros relaciona-se ao ensino de marinagem e aos métodos punitivos/disciplinatórios torna-se o principal problema da pesquisa, pois toda e qualquer instituição que tenha por objetivo o desenvolvimento instrucional de um indivíduo, necessita de um projeto metodológico que viabilize esse transporte de conhecimentos, os quais agem como agentes transformacionais da realidade. Pois, mais do que somente subsistir o material teórico necessário para a formação de um indivíduo intelectualizado e habilitado em determinadas áreas de atuação, a política pedagógica também preza fundamentalmente pela subsistência do material humano, isto é, os princípios éticos e morais imprescindíveis para a formação de um indivíduo capaz de não só sobreviver às múltiplas camadas da sociedade, como também conviver harmoniosamente com a mesma.

Ao transportar tal realidade formativa para os muros da Escola de Aprendizes Marinheiros localizada na Paraíba do século XIX, fica evidente a intrínseca e aparentemente ambígua relação entre o material teórico, orientado aqui aos moldes da metodologia de ensino profissional altamente disciplinarizado e o material

humano, que, concernente a metodologia disciplinar, orienta à formação de um indivíduo austero, obediente e comedido sobre suas ações.

Era comum a construção dessa linha ideológica relacional em instituições de caráter militarizado, na qual a veiculação do conhecimento só poderia ser satisfatoriamente empregada e conseqüentemente absorvida através da racionalização técnica do ensino, que, dentro da lógica militar, foi sinônimo de técnicas de cerrada vigilância acerca das ações e comportamentos, de disciplinamento relacionado ao ato de punir vícios sociais e culturais pregressos, de fomentação da conduta moralizada atrelada à instituição, além do próprio sistema de internato, relacionado à polarização entre o espaço interno da instituição, considerado moralizador e salvacionista, e o espaço externo à mesma, considerado imoral e pernicioso aos bons costumes, sendo assim os integrantes desses espaços, ou seja, os remetidos, considerados como desposados de moralidade, e portanto classificados enquanto seres altamente perigosos aos costumes e tradições militares, sendo cada aspecto de sua estadia vigiada e controlada.

Essa condicionante desmantela a atuação de um currículo que avalia a formação do indivíduo como um todo, ou seja, suas complexidades, contradições, devaneios e carências individuais. Toda e qualquer abrangência relacionada a metodologias e didáticas de cunho democrático, em que se respeite cada indivíduo em sua singularidade, desvencilhando o ideal meritocrático da avaliação em detrimento da avaliação desconstrutiva (ANDRÉ MARLI, 1996), é aqui execrado em um processo de segregação onde toda uma cadeia de subjetividades e relativismos é de uma só vez aglomerados a uma só massa de desagregados e desafortunados de qualquer sorte de qualidades que os distinguissem.

Assim sendo, esse trabalho tem por principal relevância visualizar e criticar a estrutura do currículo tecnicista presente nas Companhias, o qual era subsistido de instrumentos avaliativos centralizados nos ideais de dominação, controle e seleção social, responsáveis não somente a época, mas ainda atualmente pelo embargo formativo de inúmeros indivíduos, denotando assim a condição de fracasso identitário entre o aluno e a aprendizagem escolar adotada (LUCKESI, 2005) (OLIVEIRA, 2009).

Metodologicamente, o referido trabalho se caracteriza através de um estudo descritivo e longitudinal, o qual apresenta uma abordagem qualitativa das fontes documentais a fim de problematizar a educação institucional da Marinha e suas respectivas relações com o ensino de marinhagem, responsável pela atribuição futura de marinheiros imperiais, bem como um olhar acerca dos métodos punitivos/disciplinatórios, responsáveis pela formação do homem do mar que se considerava à época como ideal. Todos os documentos utilizados datam dos períodos correspondentes entre os anos de 1871 a 1942, sendo esse o intervalo de tempo em que a Escola de Aprendizes Marinheiros na Paraíba assumiu o papel de instruir crianças pobres, órfãos e desvalidas. Vale destacar que, para fins de melhores construções argumentativas e maiores aproximações fenomenológicas, foram utilizados alguns documentos oriundos da Escola de Aprendizes Marinheiros localizada no Rio Grande do Norte. Devidamente transcritas, as fontes versam sobre assuntos variados do cotidiano burocrático, orçamentário, administrativo-hierárquico, educacional, disciplinar das duas escolas, sendo esses assuntos circundantes ao recorte cronológico relevante para a formatação desse estudo, pois ao se tratar da formação educacional, os aspectos internos, externos e até subjacentes do indivíduo são levados em consideração no momento de leitura, análise e interpretação crítica da fonte.

## **1. ERIGIDA SOBRE ESCOMBROS: A CRIAÇÃO E CONTURBADA TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA (1871-1849)**

É com a rubrica de “Sua Magestade O Imperador”, que em 17 de Janeiro de 1871, o Sr. Luís Antônio Pereira Franco intitulado ministro e secretário de estado dos negócios da marinha sanciona e solicita em uma pequena carta decreto "criar uma companhia de aprendizes marinheiros na província da Parahyba" (MARINHA, 1871). Tal requerimento dirigido ao Presidente de Província paraibano localizava o projeto iniciado na capital do Império (Rio de Janeiro) em 1840, atendendo assim ao principal intento da Marinha que é encorpar a sua guarda, haja vista às necessidades clementes de satisfatório contingente populacional orientado à proteção das fronteiras marítimas do Império.

A trajetória contextual da companhia<sup>1</sup> paraibana se assemelha a outras instituições pregressas e posteriores a ela, isto é, a sobrevivência conturbada refletida principalmente na dupla relação: falta de estrutura para acolhimento pleno dos internos e a consecutiva adesão desses corpos para a instituição. A história da companhia em solo paraibano é marcada por múltiplas relocações da instituição, a qual funcionou em um primeiro momento em um prédio alugado, localizado no Porto do Capim (Capital da província), logo depois mudando para o Convento Franciscano, em 1910, para em seguida, ser realocado para edifício próprio situado na praia de Tambaú e, finalmente, sendo transferida para o Bairro de Jaguaribe na cidade da Parahyba em 1929 (SOARES JÚNIOR, GALDINO, 2019). Tal frequência de relocação denota problemas macro estruturais comuns em todas as mudanças, a exemplo das questões orçamentárias, o que ocasionou repetidas vezes apelos tanto por parte do diretor comandante da companhia, quanto do inspetor da Marinha ao Sr. Ministro da Marinha por donativos que reparassem a falta não só estrutural do prédio, como também a falta material, seja esta de origem física (alimentação e vestuário), ou mesmo de origem formativa (materiais de cunho escolar e profissional). É a partir dessas origens que surgem uma gama de problemas, a exemplo do prédio situado no Porto do Capim, onde [...] “as primeiras chuvas como sucede communmente no lugar, manifestaram-se diversos casos de febre”

---

1 A partir de 1885 a Companhia mudará seu nome para Escola de Aprendizes Marinheiros.

(LIVROS DE COPIADOR DE OFFÍCIOS, 1909 doc. 190), ou no caso da transferência para o edifício localizado na praia de Tambaú, em que [...] “da Escola a Estação de Tambaú dista um kilometro e d'aquella estação a um dos arrabaldes da Cidade seis kilometros, prefazendo o total de sete, ou seja, 14 de ida e volta”, os documentos consultados apresentam uma série de indicações de problemas da mesma ordem que os descritos anteriormente. (LIVRO DE OFFÍCIOS, 1911 doc. 296).

Por ser uma instituição de estrutura militarizada e com característica de internato, é possível constatar que a mesma desde sua fundação idealizava um público-alvo voltado para um grupo de meninos composto por [...] “crianças desvalidas, sem casa, sem família, em condição de vulnerabilidade” (CURY, SOARES JÚNIOR, 2019, p. 115), os quais eram em sua quase totalidade admitidos à companhia devido à atuação dos Juízes de Orfãos ou Delegados de Polícia, que conduziam os garotos para o quartelamento, sendo raros os eventos que envolviam matrículas de livre e espontânea vontade, ainda que as mesmas compreendessem uma recompensa monetária chamada de *prémio pecuniário*. Esses indivíduos “capturados” e, posteriormente, quartelados perfaziam a camada identificada pelas autoridades como ociosa da sociedade imperial, tornando-os “inúteis” ao ideal de nação pretendido. Esta nação que em 1872 já concentrava uma população negra (sejam eles escravos, libertos ou livres) de 58%<sup>2</sup>, os quais estavam envoltos em uma estrutura que dava sinais de instabilidade e esgotamento, isto é, o sistema escravista desmantelava-se gradualmente através de leis como: Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888),<sup>3</sup> porém por mais que a racionalização aos moldes republicanos do Estado concorresse para o repúdio e superação do atraso provocado pelo escravismo em detrimento da nova lógica racional de interferência e manutenção Estatal do corpo social, ainda assim uma gama de contratos sociais estabelecidos em um longo período entre as camadas populacionais trataram de ser subitamente

---

2 Dado demográfico de 1872 presente na Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

3 Para maiores acepções sobre os dispositivos legais acessar respectivamente os seguintes links: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm); [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm); [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm); [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm).

modificados, ocasionando significativas reverberações relacionais entre o povo e a República emergente.

As várias revoltas em meados do século XIX e início do XX, sejam elas oriundas de quaisquer condições contextuais específicas, todas traduziam primeiramente o desnivelamento entre o povo e as ações governamentais orientadas pelo Estado, além de constatar cabalmente as dissidências da camada pobre para com o projeto de unificação sob a égide do racionalismo libertador da República, que visava a relocação desses corpos e mentes outrora úteis a senhores de engenho perniciosos, agora serem úteis ao Estado que se modernizava (REGIS, 2015). É imbuida dessa missão que a Companhia de Aprendizes Marinheiros denota que:

[...] Esta instituição, de reconhecida vantagem para o paiz, porque, não só é um precioso viveiro, uma escolha, ao mesmo tempo theorica e pratica, onde em longo tirocínio os meninos adquirem insturçção, habitos e gestos, que o habilitamm á tornarem-se bons marinheiros, como porque offerece o meio de dar educação regular e applicação util á orphãos desvalidos e meninos ociosos, expostos á inevitavel perversão dos costumes pela miseria e ignorancia em que vivem. (RPP, 1878, p. 46-47).

### **1.1 A SALVAÇÃO DOS MAUS COSTUMES: A PROJEÇÃO INSTRUTIVA PRECONIZADA PELA MARINHA AOS ÓRFÃOS E DESVALIDOS**

A instrução proposta pela Companhia aos aprendizes marinheiros objetizava dois pilares formativos, um orientado na já mencionada formação prática, ou seja, “os hábitos e gestos” que o transformariam em um bom marinheiro, assim como o ensino teórico, esse orientado por instruções que visaram a remodelação da “inevitável perversão dos costumes pela miseria e ignorancia em que vivem”. Os comportamentos sociais adquiridos progressivamente são os alvos a serem atacados, pois a Armada sentia-se apta a fornecer [...] “os meios de dar educação e proveitosa applicação a crescido numero de crianças, desprovidas de protecção e recursos, expostas aos vicios que a ociosidade e a miseria produzem”. (RPP, 1871, p. 11) Devido à tamanha exposição a uma gama de experiências consideradas perniciosas pelo corpo naval e que feriam suas respectivas diretrizes morais era fundamental que a Marinha atribuísse limites aos classificados como vícios oriundos de uma vida

ociosa, tendo por ideia condicionar os garotos o aprendizado acerca de seu lugar social “desregulado”, buscando demonstrar aos mesmos suas limitações enquanto seres integrantes da sociedade moderna. Logo, os mecanismos utilizados para essa imposição de limites foi a usual metodologia militar de vigilância cerrada através do disciplinamento de condutas avessas aos limites institucionais, assim como o processo de afastamento dos internos do convívio irregular das ruas, sendo esse mundo externo considerado pela Companhia como a fonte de todos os vícios. Fica evidente uma cultura escolar fundamentalmente marcada pela regulação e direção de quaisquer ações e pensamentos produzidos pelos aprendizes, projetando finalmente a característica esperada que é o auto-controle (JULIA, 2012, apud, SOARES JÚNIOR, GALDINO, 2019).

### **1.1.1 PEDAGOGIA DA DISCIPLINA: A IMORALIDADE FRENTE A UMA CULTURA ESCOLAR PUNITIVA**

As vulnerabilidades sociais oriundas do processo de abandono parental, desvalia ou mesmo morte dos responsáveis legais, associado ao convívio vicioso das ruas, sendo essas símbolos do [...] "atraso e das pestes, das epidemias, da prostituição, da sexualidade, da mendicância, da violência" (REGINA, 2012, p. 164) para diversas crianças e adolescentes, concorreria para a Marinha a inevitável corrupção de seus sentidos, transformando-os em seres altamente voláteis e indisciplinados. A partir disso, concebeu a Marinha uma metodologia pedagógica ancorada no estabelecimento de doses proporcionais de limites punitivos, na tentativa de primeiramente corrigir e conter a corrupção depravadora que se alastrava, assim como posteriormente inculcar noções de comportamentos morais considerados pelos mesmos como socialmente aceitáveis. Logo, são vastas as categorias de punições exercidas, podendo ser mais ou menos onerosas a depender da contravenção ocorrida.

Acompanhando a variedade de punições, existiam determinados indivíduos que comportavam uma lista desses castigos a exemplo do aprendiz número 20, Julio Pereira de Souza, o qual após ser comprovada sua saída furtiva [...] "da Escola, à noite, armado de sabre e descalço, só regressando pela madrugada" (LIVRO DE

ACTA DO CONSELHO DE DISCIPLINA, 1928, p. 13), sendo o mesmo condenado pelo conselho naval à detenção no "Bailéu"<sup>4</sup> por seis dias. Novamente o frisado aprendiz será mencionado nas atas disciplinares após cometer um crime de respeitabilidade, pois como exorta o professor e primeiro tenente, Nestor Antonio de Oliveira ao Conselho de Disciplina:

[...] O Aprendiz numero vinte - Julio Pereira de Souza - Este aprendiz durante o primeiro tempo de aula, desrespeitou-me em plena sala de aula, proferindo palavras e assunto de regime privado, sendo necessario a sua sahida da sala de aula, para evitar consequencias desagradaveis. [...] Lida as faltas registradas no Livro de Castigos, e constatadas que o mencionado aprendiz numero vinte já sofrera todas as penas estabelecidas pelo artigo sessenta e dois (62) e seus paragraphos, o actual Regulamento, a ser habitual o seu mau comportamento, foi o conselho de parecer que o mesmo Aprendiz seja excluida da Escola, por incorrigivel. (LIVRO DE ACTA DO CONSELHO DE DISCIPLINA, 1928, p. 13,14,15)

Mesmo tratando-se do último recurso utilizado pelo conselho de disciplina aos aprendizes era habitual o desligamento institucional de vários aprendizes, pois a revalia de todas as penas formalizadas pelo artigo sessenta e dois, muitos garotos ainda permaneciam afeitos ao mau comportamento, configurando-os assim como incorrigíveis, significando para a Marinha que tais indivíduos não poderiam ser reabilitados e, conseqüentemente, utilizados através dessa pedagogia disciplinar. Ao constataremos esses adolescentes considerados inaptos à mudança, a singularidade do documento surge em seu final, pois o referido aprendiz ao ser interrogado pelo conselho marítimo, confessa ser desertor da Escola de Aprendizes Marinheiros localizada no Ceará, tal deserção anterior constata para a Marinha a sua total aversão aos princípios disciplinares da instituição, tornando-o, portanto inapto e inábil à vida marítima.

## 2. DESVALIDOS E VULNERABILIDADE SOCIAL NA PARAÍBA DO SÉCULO XIX

[...] A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições, para ensinar à custa do ferrão o que eu não sabia [...] O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito de longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar

4 A palavra possuía o mesmo valor semântico de cadeia dentro do linguajar informal da instituição.

mordendo os travesseiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta (REGO, 1901, p. 16).

O choro do personagem Carlos de Melo presente na obra literária *Doidinho* de José Lins do Rego, sem dúvida representou outros inúmeros choros reais de adolescentes remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros. Onde subitamente precisaram lidar com a constatação da perda daquele único poder que ainda estava sob seu controle, isto é, sua liberdade. Em um piscar de olhos o direito de ir e vir, de pensar, de falar e de agir são sumariamente cerceados de um indivíduo em formação, sendo agora obrigado a agir, pensar ou falar não quando quisesse, mas sim quando o autorizassem. Contudo, tal iniciativa advinha de políticas integrativas que visavam reintegrar socialmente (através da instrução para a formação de marinheiros nacionais), uma quantidade considerável de crianças e adolescentes em condições de extrema vulnerabilidade econômica.

As origens de tal condição supunham-se, era advinda fundamentalmente de quatro cenários específicos, porém oriundos da mesma fonte, qual seja, a desintegração familiar. O primeiro relacionava-se à morte dos pais, transformando os menores em órfãos e consecutivamente em situação de mendicância, pois perdera toda a pouca seguridade econômica garantida pelos pais. O segundo relacionava-se ao abandono parental, em que o indivíduo em formação encontra-se desamparado parcialmente ou totalmente da proteção e convívio familiar, levando-os à buscarem em muitos casos essa proteção em ambientes impróprios para sua idade. O terceiro é marcado pela incapacidade de só um componente (mãe ou pai) cuidar dos indivíduos, pois é frequente nos documentos da Marinha referente ao alistamento escolar a constatação de matrículas feitas por viúvas de seus filhos, o que aponta para a incapacidade das mesmas em garantir a mínima subsistência dos adolescentes, tornando-se viável, porém não reconfortante a separação e envio de seus garotos para a Escola de Aprendizes Marinheiros. O último e mais raro cenário refere-se à matrícula espontânea dos garotos autorizada por ambos os pais, sendo esse evento celebrado pelo Comandante, afinal significava para ele uma família que detinha o conhecimento dos primorosos valores da instituição. Vale ressaltar que, retirando-se o último caso citado, os três cenários restantes eram intermediados por Juízes de Órfãos e Delegados de Polícia, funcionários do governo provincial

responsáveis por recolher das perniciosas ruas e direcionar esses jovens para ambientes sociais e moralmente aceitáveis. Independentemente dos quatro cenários descritos anteriormente, essas separações caracterizavam-se pelo romper do natural ciclo de crescimento familiar, além de ser o reflexo da pobreza extrema em que muitas famílias estavam inseridas na província paraibana no século XIX.

## **2.1 INSURREIÇÕES, GUERRA DO PARAGUAI E SEGREGAÇÃO DE CLASSE.**

Tal viveiro de misérias não assolava somente a região paraibana, mas estendia-se por entre todas as províncias e lugarejos que compunham a região Norte do país, as quais estiveram envolvidas em inúmeras insurreições de caráter popular<sup>5</sup>, que marcaram velada oposição às reverberações e interferências políticas advindas da Corte. Ao alocarmos tal contexto ao solo provincial da Paraíba do Norte, destaca-se o erigir da Companhia de Aprendizes Marinheiros nesse canteio de acentuada instabilidade econômica e social que demarcou a primeira metade do referido século. Variadas são as dissensões, seja de constituição político-partidária entre conservadores e liberais, ou das que se referem às discussões abolicionistas sempre latentes a época, a Companhia teve que reger-se sobre tais condições adversas. Contudo, mais adversa do que qualquer situação externa supracitada, a guerra do Paraguai (1864-1870) significou para a Companhia não somente a constatação de seus intentos enquanto regimento militar, como, sobretudo as distinções entre as classes beligerantes inseridas no conflito.

Em seus anos de vigência, a guerra foi catastrófica aos recursos do país, pois devido a sua extensão prolongada, todos os países envolvidos dispuseram mais do que poderiam arcar, havendo ao final do conflito consequências recessivas tanto ao perdedor quanto aos vencedores do conflito. Para o contexto brasileiro, mais do que os recursos financeiros dispostos para guerra, os recursos humanos investidos foram os propulsores das maiores ebulições e críticas que permearam o embate,

---

5 Dentre as mais conhecidas sublevações populares nortistas durante o período imperial estão: A Cabanada (1832-1835) ocorrida em Alagoas e Pernambuco; a revolta dos Malês (1835) ocorrida na Bahia; a Sabinada (1837-1838) e Balaiada (1838-1841) ocorridas na Bahia e Maranhão respectivamente; a revolta do Ronco da Abelha (1851-1854) e levante do Marimbondos (1852) ocorridas ambas na região Nordeste do país; a revolta do Quebra-Quilos (1874-1875) ocorrida em várias províncias da região Nordeste. Por fim, vale destacar a reconhecida Guerra de Canudos (1896-1897) ocorrida na Bahia durante o período republicano.

seja durante ou depois do conflito. Pois, como denota o autor Cosme Alves Serralheiro:

[...] As complexidades para subjugar os paraguaios e a obrigação de vencer as forças inimigas e a necessidade de tirar proveito de escravos brasileiros para lutar na guerra tornaram mais evidentes as limitações do escravismo, tanto quanto forma de organização da produção como de poder (2021, p. 361).

Para cada escravo que integrava as fileiras da ilusão libertária criada pelo Estado, mais se tornava evidente o fracasso do sistema governamental monárquico e escravista, o qual se aproveitando da maior vulnerabilidade social que era o sistema escravista, tratou de compor o contingente de guerra, escancarando assim a velada distinção entre classes ou categorias sociais que regiam essa sociedade oitocentista. Enquanto instituição principal no conflito, a Marinha condicionou suas ações sob a égide da proteção a soberania nacional, justificando todos os excessos relacionados ao recrutamento violento e forçado de inúmeros jovens desvalidos (JÚNIOR, LIMA, 2021), os quais muitos diante desse cenário se encontravam em tamanha miséria devido ao próprio impacto dilacerante do conflito na estruturação familiar, que impelia na arregimentação do genitor provedor a definitiva constatação de miséria que influiria sobre seus remanescentes, sendo posteriormente categorizado enquanto classe ociosa e perigosa (SERRALHEIRO, 2021). No que se refere a tais rotulações classicistas, fica evidente a falta de pressupostos teóricos que justifiquem atos tão invasivos ao núcleo familiar protagonizado pela Marinha, pois mesmo os mais acalorados discursos patrióticos de abnegação pessoal em favor do serviço à nação, não balizariam a decisão de caçar, capturar e enviar jovens paupérrimos e inexperientes para o fronte de guerra nas bacias paraguaias.

Essa assombrosa experiência perpassou a existência de todas as Companhias, deixando mais do que nítido para muitos as distinções e principalmente discrepâncias que separavam grupos ou classes identitárias específicas, os quais no que se refere às Companhias separavam de um lado "a oficialidade vinda de uma elite oligárquica e, de outro, a classe estigmatizada pela baixa instrução e pelos comportamentos duvidosos" (SERRALHEIRO, 2021, p.115).

## **2.2 O DISCURSO HIGIENISTA COMO FERRAMENTA DE SEGREGAÇÃO**

Para além de qualquer instrução moralizadora, o discurso higienista transformou-se no início do século XIX na ferramenta primária de intermediação entre povo e Estado, tendo seu mecanismo retórico utilizado em todas as instituições governamentais e militares a exemplo das Companhias de Aprendizes Marinheiros.

A superação racional das artes de curar<sup>6</sup> desde a vinda da coroa portuguesa (1808) incutiu um novo período de regeneração dos povos pela ciência higiênica, o qual segundo a autora Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano, após o subsequente processo de independência (1822):

A identidade nacional começou a ser imaginada, forjada, inventada, a partir de práticas que buscavam incutir normas, valores, regras, com o intuito de uniformizar, de criar laços de pertencimento, com o objetivo de dar uma nova feição à heterogeneidade (2015, p.60).

Essa heterogeneidade fustigada por inúmeros casos de epidemias mortais de febre amarela, varíola e cólera, legitimaram a interferência da política higienista na rotina dos povos que compunham as cidades que deveriam ser forjadas sobre novos valores e regras. Esse moderno processo unificador passaria pela implementação formal de leis, as quais foram denominadas de "Leis Gerais da Instrução na Paraíba"<sup>7</sup>, que dentre os artigos referentes à higiene, todos dedicam-se à instrução de novas atitudes que conduziriam a população, a uma superação de seus maus hábitos frente ao espaço urbano que se modernizara rapidamente. É nessa tríade relacional que aglutina urbanidade, povo e higiene, que o mecanismo político apodera-se das prerrogativas que hão de nortear os novos ambientes civilizados. Assim, ruas, praças públicas, escolas, fábricas, feiras, hospitais, cemitérios, entre outras localidades que compartilhassem de mínimos eflúvios, deveriam ser pensados sobre a nova ótica do higienismo. Nem mesmo a particularidade do lar foi

---

6 Essas artes de cura estão vinculadas aos conhecimentos de parteiras, barbeiros, benzedeiros e boticários que passaram a ser deslegitimados e suplantados no início do século XIX pelo cientificismo médico. Para saber mais sobre os práticos e suas relações com o higienismo científico vigente do século, indico a leitura do capítulo dois da tese da historiadora Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano intitulada: "SABERES DA MEDICINA: HIGIENISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR".

7 São estas leis segundo sua origem cronológica: Regulamento de 1849; Regulamento de 1852; Regulamento de 1860; Regulamento de 1879; Regulamento de 1881; Regulamento de 1884 e por fim o Regulamento de 1886.

absolvida da interferência higiênica, havendo inúmeras normas para o asseio adequado das moradias enquanto ambientes salubres, arejados e espaçosos. Em um curto espaço de tempo todo o espaço seja ele público ou privado foi controlado por essa nova rotina higiênica, onde tudo "deveria ser encaminhado da melhor forma possível pela medicina, que associando-se aos poderes públicos, se colocou como uma ciência a serviço do progresso" (MARIANO, 2015, p. 68).

O ponto nevrálgico desse progresso estava centrado no controle sobre as desorganizações e disfunções sociais, os quais desembocariam no desmantelamento completo de todo o avanço higienista. Tal linha interpretativa condiciona fatores sociais e morais como responsáveis diretos do regresso médico/científico e continuidade das enfermidades que assolam as províncias. Logo, mais do que um controle hígido houve o controle social atrelado à polarização dos indivíduos entre os grupos civilizados, isto é, aqueles que seguem a risca todas as normativas modernas da higiene pessoal e pública, e aquelas classes não civilizadas, que, diante da indigência de valores e hábitos sadios, aglomeram-se todos em um único lugar, transformando-o em local insalubre, além de compartilharem da mesma essência fétida e enferma dos corpos. É exatamente nessa política repleta de estigmatização e segregacionismo que as práticas almeçadas são mais satisfatoriamente visualizadas, afinal é através de modelos e ações condenáveis que um corpo pode ser melhor "transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 2008, p. 118).

### **2.3 MERITOCRACIA DO DESMÉRITO: A MISÉRIA COMO LEGITIMADORA DA "RAZÃO DE SER" DAS COMPANHIAS**

Despudorados de qualquer mérito classicista que os destacassem, muitos desses garotos remetidos a Companhia sofriam de uma dupla rejeição corrente. Pois, na medida em que se perpetuava a já discutida segregação social entre o rico e pobre ou civilizado e não civilizado, também subsistia o próprio apagamento da história cultural desses indivíduos devido a sua origem mestiça<sup>8</sup> As definições

---

<sup>8</sup> Para entender mais sobre o processo de segregação social e desprestígio cultural originário da mestiçagem étnica, ler o ponto 3.5 da tese do historiador Cosme Alves Serralheiro intitulado: "A MARINHA NA PRÁTICA CULTURAL: MESTIÇAGEM E HIBRIDISMO SOCIAL NO SÉCULO XIX".

fenólicas que os classificavam quanto seus tons, sejam eles pardos, mulatos, caboclos ou cabras, são constituintes de uma infalível engrenagem de invalidação dos seres enquanto figuras representativas. Sendo assim, toda uma gama de experiências identitárias encarnadas em valores, ideias e tradições não somente são negadas, mas também desprestigiadas desde o seu nascimento (THOMPSON, 1987).

Na qualidade de "bastardas, sem reconhecimento paterno, e algumas pobres, deserdadas pela sociedade, sem legitimidade social" (SERRALHEIRO, 2021, p. 148), esses indivíduos constituíram categorias populacionais inferiores, cujas quais necessitavam ser conduzidas ao nível instrutivo satisfatório à utilidade da nação.

É nessa linha teórica que prevalece o sistema comprobatório de desigualdade educacional, onde as limitações e incapacidades de seus locais sociais que os impediam de estudarem em escolas regulares, afinal não somente sua condição de miséria social e econômica constituía-se como uma condição limitante no parâmetro intelectual, como também dispunha para uma predisposição biológica para atos condenáveis e desonrosos<sup>9</sup> (BELTRÃO, PANDINI, 2004). Esse conglomerado de preconceitos e estigmas culturais não de justificar e legitimar os meios violentos de alistamento forçado de inúmeras crianças em tenra idade<sup>10</sup> para o fim estritamente profissionalizante das Companhias, além de fundamentalmente constituir as ditas Companhias de um brado redentivo e salvacionista, afinal eram essas bases militares nomeadas como "bella insituição, que oferece a dupla vantagem de melhorar o pessoal da Armada, e ao mesmo tempo de libertar da miseria a muitos orphãos desvalidos" (RPP, 1872, p.08).

É notório que a miséria econômica poderia ser suplantada pela instituição através da instrução profissionalizante de marinheiro, que garantiria um mínimo soldo mantenedor de uma singela e honrosa vida como um marinheiro nacional. Assim sendo, essa nova instrução que o habilitaria a ocupar um determinado estrato

---

9 Tais depreciativas condições direcionadas a essas classes, são principalmente fruto das teorias eugenistas que adentram no país em fins do século XIX, determinantes na classificação dos mestiços como categorias de indivíduos inferiores. Fonte: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>, acesso em 20 out. 2021.

10 No que se refere as leis de ingresso nas Companhias segundo suas idades, definiu as leis: 1855 menores de dez a dezessete anos; 1885 menores de treze a dezesseis anos; 1907 menores de doze a dezesseis anos; 1912 menores de treze a dezesseis anos e 1915 com menores entre quatorze e dezesseis anos. Todos esses decretos podem ser acessados no portal virtual da Câmara dos deputados

profissional, também haveria de condicioná-lo a possível superação de sua miserabilidade social, pois como exorta o jornal A República:

A moderna escola elementar da Marinha é um perfeito instituto de ensino e, aos pais paupérrimos, tutores ou juizes de orphãos nenhum outro estabelecimento depois das escolas profissionais se apresenta tão apta moral e physica da juventude pobre (10 de abril de 1912, p. 1).

Fica claro que seja entre oratórias navais ou entre as de origem cívica, a prevalência ideológica de que não existe outro estabelecimento mais capacitado e apto à instrução desses órfãos desvalidos e miseráveis já se constitui como uma delimitação limitante do único espaço reservado para sua condição de vulnerabilidade. Isso fica mais evidente quando nos remetemos ao próprio período específico de funcionamento da Companhia na província da Paraíba, o qual esteve ao final do século XIX e início do XX, imerso em discursos referentes a fomentação da instrução como um pré requisito basilar da elevação civilizacional de uma nação. Na província paraibana isso significou um momento de considerável desencarceramento do conhecimento, onde inaugurações de grandes agregadoras de conhecimento a exemplo do Clube Litterario Recreativo na década 1880, assim como da Biblioteca Popular no ano de 1884, foram erguidas com o principal objetivo de subsistir o extenso hiato segregacionista do conhecimento entre as pessoas desprovidas de recursos, que mediante a sua penosa sina laboral diária são renegadas às trevas da ignorância. Logo, mesmo diante de toda essa retórica de caráter civilizatório e restaurador, para tais garotos essa tão exuberante modernização limitou-se ao espaço militar naval, a qual como única proposta salvacionista inculcaria princípios hierárquicos, morais e disciplinatórios, os quais não de inseri-los na sociedade por meio de uma profissão "em detrimento do cultivo do espírito e de tudo aquilo que os encaminhava para o estágio de desenvolvimento de homens civilizados" (MIRANDA, 2012, p. 38).

### **3. CIENTIFICISMO ENCARCERADO: O AVANÇO CIENTÍFICO DO SÉCULO XIX SOB O OLHAR DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO**

É interessante notarmos que, apesar de se tratar de um estabelecimento altamente hierarquizado e, portanto fechado em suas ideologias militarizadas, somando-se ao fato de tratar-se de um ambiente que objetivava fundamentalmente formar profissionais marinheiros que comporiam a armada de guerra nacional, ainda assim há de apurar-se documentalmente o intercurso dos mais variados elementos teóricos da ciência educativa sobre o corpo militarizado de alta patente, os quais detinham conhecimentos das normativas gerais que conduziam a instrução pública<sup>11</sup>. Diante dessas Leis Gerais de Educação que marcaram o século XIX e os profundos avanços teóricos/científicos que nortearam o século XX, foi possível constatar uma rica ampliação dos estudos que permitiram o conhecimento e o intercâmbio de pesquisas científicas nas mais diversas áreas de conhecimento, a exemplo da sociologia, antropologia, biologia, química, psicologia, psicanálise, entre outras. Nesse caminho de modernas descobertas, a metodologia de ensino-aprendizagem também se conformou às inovações correntes, o que avançou e reanimou o conceito já existente de formação civilizatória por meio de uma educação constantemente modernizada, contribuindo para a larga discussão em todas as esferas escolares, incluindo a Escola de Aprendizes Marinheiros:

[...] Eis como uma regra geral pode ser compreendendo e aplicado nas Escolas de Aprendizes Marinheiros o ensino da lingua Portuguesa. É o metodo intuitivo, aquele em que o Professor provoca investigar a imaginação dos seus alunos, fazendo com que estes estejam sempre do mais intimo relacionado com a leitura afim de conseguir-lhes os defeitos da pronuncia com a escrita afim de corrigir-lhes a ortografia, e com a imaginação afim de esboçar-lhe maior necessario para a aplicação de exercicios de redação, óra descrevendo, óra pela imaginação. [...] o metodo moderno faz compreender as normas com o auxilio de exemplos concretos, e serve-se desses exemplos para demonstrar as regras (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO, 1933, p. 07)

Era de conhecimento do corpo marítimo intelectualizado o mais moderno método de ensino e avaliação, ambos pautados em princípios centralizadores e norteadores do aluno que constrói e dirige o seu próprio aprendizado a partir da imaginação associativa. Contudo, em um ensino que avalia a disciplina velada, imaginar torna-se um risco aos propósitos navais de controle, implicando na

---

11 Diante da ciência do alto escalão do corpo naval sobre o método de ensino até então mais moderno para o período, vale considerar de igual maneira que os métodos anteriores de caráter mútuo e simultâneo também estiveram patentes ao conhecimento do regimento naval.

permanência do ensino altamente técnico e excludente, pois era delineado não em uma avaliação de caráter construtivo e político, mas sim na avaliação unificada na meritocracia da mínima média possível (TURINI, 1995). Essa permanência em um ensino de caráter técnico e excludente não infere somente ao plano profissionalizante de seleção e classificação do corpo militar naval, mas denota primordialmente a sua função institucional de retirada ou "saneamento humano" desses transeuntes indesejados, moribundos e iletrados. Tal missão era constantemente evocada na documentação, expedindo "as necessarias recommendações aos juizes de orphãos e ás autoridades policiaes para a aquisição de meninos desvalidos de 11 a 14 annos de idade, que deverão compôr a companhia" (RPP, 1871, p. 11). A adesão estabelecida entre autoridades militares e civis na aquisição de meninos desvalidos só atestam para a urgência dessa política que visava a incorporação utilitária desses corpos na nova atmosfera civilizatória, além de corroborar para a erradicação destes que empobrecem e enfeiam ruas e praças. A diacronia que envolve esse novo e civilizador padrão relativo as relações entre classes, hão de estampar inéditos desafios para tais categorias inferiores no que se refere a manutenção de seus espaços, afinal se antes essas classes subalternizadas eram acobertados pela capa da invisibilidade marginal, agora as mesmas são subitamente descortinados em todas as suas mazelas e fragilidades desconfortáveis à vista de cidades que ansiavam a modernização.

### **3.1 NOVOS TEMPOS, VELHAS IDEOLOGIAS: A MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS EM FACE DO PERÍODO REPUBLICANO**

Mesmo em face de sua sina descaracterizada de legitimidade, após serem remetidos nesses estabelecimentos os mesmos deveriam ser de uma maneira ou de outra devidamente instruídos acerca das competências teóricas e técnicas que constituem um marinheiro ideal, isto é, as artes de marinhagem. Classificadas como

instruções de caráter profissional e acessório<sup>12</sup>, constam sobre suas composições as seguintes habilitações:

[...] Art. 13. Nas escolas primarias e ensino profissional constará: 1º, de noções

elementares de aparelho de navio; 2º, da classificação dos navios, sua categoria; 3º, de obras de marinho; 4º, do conhecimento dos rumos da agulha.

Art. 14. Nas escolas primarias o ensino acessório constará de exercícios de gymnastica, de escaleres a remos, de infantaria, de esgrima de bayoneta e espada, de natação e de jogos escolares ao ar livre, como o foot-ball e outros proprios para favorecer o desenvolvimento physico dos aprendizes (BRASIL, 1907, p. 6567).

A de notar que todos esses componentes que englobam a planificação formativa de um bom marinho, são norteadas pela modelação social e sobretudo moral do indivíduo por meio da cultura militarizada, a qual tratará de regrar os hábitos e costumes. Fundamentalmente diferente tão somente no que concerne a formação profissional, a cultura militarizada presente nas Companhias é regida pelos mesmos princípios cívicos de controle e docilização dos corpos, qual seja também denominado de padrões de civilidade. Afinal, da mesma maneira que o ensino das primeiras letras e a correção normativa presentes nas escolas regulares estava associado com a transformação dos costumes e consecutiva obtenção dos valores e conhecimentos teóricos que "corroboravam a formação de hábitos e condutas condizentes com o estágio de desenvolvimento humano que vinha sendo chamado de civilizado" (MIRANDA, 2012, p. 47), de igual forma a correção punitiva/disciplinar e o ensino profissional presentes nos regimentos internos das Companhias (a exemplo da localizada na província da Paraíba) estavam associados com a transformação dos costumes e consecutiva obtenção dos valores ideológicos da submissão imposta pela hierarquização sistemática, portando como principal objetivo "disciplinar para o mar, implantar o caráter moral e impor o respeito pela pátria" (ALVES, 2018, p. 16).

É nessa necessidade de submissão e respeito para com a pátria que se fundamenta a existência das Companhias, principalmente no que se refere ao

---

12 Esse tipo de disciplina instrutiva relacionava-se ao treinamento dos corpos por meio de exercícios ou atividades esportivas que visavam o desenvolvimento das habilidades físicas do indivíduo. Inclusive, essa instrução em particular esteve muito atrelada a política higienista, pois preconizava de igual maneira a obtenção e manutenção de um corpo satisfatoriamente lapidado e saudável.

período pós-republicano. Pois, mesmo perante a grande urgência na fundação e propagação de novos princípios identitários de nação, imprescindíveis para o intuito de suplantar e deslegitimar as memórias do regime precedente monárquico, ainda sim um dos grandes espectros institucionais desse período retrógrado permaneceu, sobrevivendo nesse novo sistema sobre:

a vontade de sermos patriotas, perfeitos colaboradores de uma estruturação nacional valiosa, sentinelas das aspirações pacíficas e civilizadoras; a vontade de obtermos a razão de ser da nossa existência profissional, com uma marinha respeitável e perfeitamente organizada (ORDEM DO DIA, 1938, p. 7).

A vontade em colaborar com essas novas aspirações civilizadoras, constitui tão somente a manutenção desses espaços como garantidores da estabilização dessas "novas" políticas públicas. Logo, mesmo diante de tantas dissonâncias que assolam o período, seja nos descompassos cada vez mais acentuados entre ideologias políticas<sup>13</sup> (liberais e conservadores), o processo de dessacralização estatal e a constante latência que engloba os discursos e leis abolicionistas, ainda assim a razão de ser da Companhia enquanto instituição profissional continuou perfeitamente organizada na usual e conservadora "limpeza de sujeitos indesejáveis dos centros urbanos, sua qualificação profissional, tornando-os úteis, funcionais ao projeto de nação republicana" (MACHADO, 2007, p. 58). Haja vista quaisquer rotulações depreciativas acerca de sua desvinculação com o período, a permanência dessas Companhias atestam suas atribuições, atuando como sentinelas do controle e vigilância desses embaraçosos agentes.

#### **4. AÇÕES REGULADAS PELO RELÓGIO: A UTILIDADE RACIONAL DO TEMPO NO PROCESSO DE DOCILIZAÇÃO E HOMOGEINIZAÇÃO DOS CORPOS**

---

13 Desilusões e descontentamentos que transformaram o início da primeira República numa celeuma de conflitos, os quais reuniam adeptos do sistema republicano, os contrários ao sistema, desejando a volta da monarquia e até mesmo os que eram parcialmente favoráveis. A duas revoltas da Armada, uma em 1891 e outra de 1892 a 1894, a Revolução Federalista (1895), a própria Revolta da Vacina (1904), além dos variados levantes rurais relacionados aos senhores de terra, foram exemplos desse período marcado de instabilidade. Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/rebelioes-na-republica-velha.htm>, acesso em 17 out. 2021.

Estigmatizados enquanto uma classe que carrega o germe da indolência licenciosa, cuja qual ratifica sua desarmonia com a modernidade social que se racionalizava sob os princípios do tempo dessacralizado e capital,<sup>14</sup> se constitui nas Companhias de Aprendizes Marinheiros como principal medida aos remetidos o estabelecimento de uma rígida rotina diária, a qual não caberia espaços para que momentos de ociosidades tão marcantes na trajetória desses garotos prevalecessem. Assim sendo, "Define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento", em que o "tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (FOUCAULT, p. 146), nos quais por meio das ações repetitivas firmadoras da cotidianidade, se pode conjecturar o ideário de controle que visa a definitiva homogeneização dos corpos.

Esse remir puritano do tempo que polariza ações frugais e preguiça na centralidade relacional entre trabalho e recompensa é, apesar das linhas ideológicas distintas, (pertencentes a sistemas contextuais específicos do Ascetismo Cristão e Revolução Industrial respectivamente), aglutinadas e amplamente utilizadas pela Marinha no objetivo de limitar e controlar os horizontes temporais dos aprendizes. No ambiente escolar das Companhias, esse tempo significou a hora certa de acordar, organizar sua cama, trajar seu uniforme, faxinar o ambiente, comer as refeições (almoço, jantar e ceia), ter aulas (elementares e práticas), lavar o uniforme, adentrar aos dormitórios e dormir, sendo essa uma rotina repetida diariamente (NETO, 2009). Nesse momento a criança adentrava "no novo universo de tempo disciplinado" (THOMPSON, 1991, p. 293), o qual poderia constatar a sua nomeação de criança controlada, isto é, aquela que age de maneira satisfatória e civilizada, que cumpre suas funções ordenadamente, recebendo portanto a sua recompensa que é tornar-se um honrado marinheiro nacional, ou constatar a criança incorrigível, incapaz de agir civilizadamente, entregue a ociosidade e ao descumprimento de suas funções, restando tão somente um indivíduo desregulado, desonrado e sem

---

14 Esses tempos transformados por Revoluções Industriais e discursos globalizadores do capitalismo tratarão de modelar a complexa dicotomia relacional com as horas do relógio. Afinal, o tempo visto enquanto entidade imutável e doutrinadora das conformações como preconizado pela religião católica, passa agora a ser dessacralizado segundo a lógica do capital, em que implique ações racionalmente ordenadas sobre esse tempo breve e limitante. Para uma melhor compreensão do assunto, indico a leitura da obra de Friedrich Engels intitulada: "A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA".

papel na sociedade. É esta "minúcia dos regulamentos", este "olhar esmiuçante das inspeções" e todo o controle sobre as "mínimas parcelas da vida e do corpo" que há de centralizar essa escola/quartel como estrutura central de "controle laicizante", fomentadora de "uma racionalidade econômica ou técnica [...]" sobre o indivíduo (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Para além das já trabalhadas limitações segregacionista impostas por esse controle civilizacional, a cultura interna que regia o micro-cosmos de poder institucional das Companhias no que se refere aos padrões educacionais de excelência tão valorizados e inspirados do exterior europeu, tenderia à permanecer na Paraíba tão somente no âmbito da discussão teórica, não gozando dos plenos subsídios econômicos, materiais, didáticos ou mesmo morais que formalizassem a homogeneização expectada desses indivíduos.

#### **4.1 AS SISTÉMICAS LIMITAÇÕES ATEMPORAIS: A REALIDADE DA PRÁTICA INSTRUCIONAL APLICADA NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA**

Desde sua fundação o quesito econômico constituiu-se como o principal problema da Escola localizada na província da Paraíba, sendo inúmeras as solicitações por reformas que viabilizassem a digna acomodação dos aprendizes:

O Edifício Edificado para casa de família e adaptado, depois á Escola, não conseguiu até hoje reunir as condições necessarias para o fim que se destina com as ligeiras modificações a que foi submettido. Os dormitórios, as aulas e refeitório são acanhados comportando com dificuldade os 100 aprendizes da lotação. A enfermaria não merece tal nome. Foi installada no sótão da Escola que tem de altura 2 metros, e tem apenas uma pequena janella, que não fornece a luz e ar necessarios a pessoas boas e portanto muito menos á enfermos. Não tem agua potavel nem esgotto, sendo repugnante e contrario aos elementares principios de hygiene a maneira porque é feito o despejo no mar pelos aprendizes (LIVRO COPIADOR DE OFFÍCIO, 1901, p.05).

Mesmo trinta anos após a inauguração da Companhia na Paraíba, a referida instituição não possuía requisitos primários de acolhimento a exemplo de água potável e sistema de esgoto próprio, soma-se a isso a localização inapropriada da enfermaria, o que demonstra uma total inversão aos parâmetros de progresso civilizacional e higiênico supracitado. Uma entroncada rede comunicativa altamente

hierárquica e burocrática contribuía largamente para tais faltas de requisitos essenciais. Essas dificuldades econômicas e administrativas, também se deslocaram para os materiais orientados para o ensino dos aprendizes:

Pouco desenvolvimento tem manifestado os menores com relação á instrucção primaria e á naval, esta, para que seja regular, é necessario o fornecimento de um pequeno barco aparelhado em terra, onde possam adquerir os conhecimentos praticos dos mysteres de sua profissão; aquella lhes é ensinada pelo mestre d'armas em que talvez faltem não só as precisas habilitações como tempo e pronunciada vocação para a pedagogia (RPP, 1882, p. 09-10).

Era usual que muitos aprendizes fossem remetidos a Corte da Marinha Imperial com somente um conhecimento teórico dos mecanismos e tecnologias presentes em um navio. Essa impossibilidade de se quer adentrar em um barco durante uma formação profissional como um marinheiro imperial, só favorece o distanciamento entre os padrões educacionais postulados e os realmente alcançados. Ao final da partícula documental, ainda é possível visualizar uma grave falta no que se refere ao requisito humano, afinal o mestre d'armas não possuía a menor competência vocacional para lecionar, o que, levando em consideração a mencionada carência de materiais norteadores de aprendizado, é factível considerar que tal ensino orbitasse em um nível quase que absolutamente abstrativo. A abstração, todavia, permanecia somente nessa relação de ensino-aprendizagem, pois os elementos cívicos eram bastante fartos de realidade física:

Ao exigir que o aprendiz nº 20 Geraldo Dantas Sales saísse da sala de estado, não sendo atendido, deu um empurrão no mesmo com violência essa inadmissível e de que resultou queixar-se o aprendiz de um pequeno arranhão [provocado] pela queda sobre um banco pequeno (LIVRO DE CASTIGOS PARA SARGENTOS, 1934, p. 07).

Disciplinas de caráter físico como a citada acima, é somente uma das várias ocorrências documentais, que fundamentalmente simbolizam os resquícios do intitulado "costume tradicionalista", os quais não podendo "infelizmente ser ainda totalmente abolido entre nós" (MARINHA DO BRASIL, 1873, p. 7), se prezam pela propagação da coerção hierárquica e do medo como instrumentos para a correção dos maus hábitos. Em ocasião dos fatos, o relatório disciplinar cita que o Sargento de nome Severino Mariano foi "severamente repreendido" pela agressão

desproporcional ao aprendiz, porém tal "castigo" não retira a prática costumeira e tradicional da violência disciplinar presente nas Escolas de Aprendizes Marinheiros durante todo o processo de funcionamento das mesmas<sup>15</sup>. Incidentes como esses ocorrendo em um século carregado dos mais modernos discursos acerca dos métodos de ensino-aprendizagem e de avaliação escolar, só atestam para a manutenção e permanência de um retrógrado sistema de ensino. Essa agressão vale salientar, não se constituía somente pelo aparato da violência física, ela também perpassava a violência de caráter psicológico:

Com o auxilio e bôa vontade, intelligencia e zelo dos meu commandados tem este commando contado sempre que appella para as suas dedicações e amor a Republica. Sahindo desta norma o Cabo de esquadra Raymundo de Oliveira dos Santos, que se achava de serviço em Junho findo, abusando de sua auctoridade tentou violentar um dos menores desta Escola, a pratica de actos que a moral reprova, submettido a conselhor, por ordem de vossa foi elle condenado a dois annos e meio de prisão aguardando a confirmação de sentença do Supremo Tribunal Militar. [...] Por tornarem-se insubordinados e faltas de moral commum, enviei para o Corpo de Marinheiros Nacionaes alguns Cabos de esquadra que esbordoaram as crianças indefezas e castigaram sem ordem expressa para fazel-os (LIVRO COPIADOR DE OFFÍCIO, 1905, p. 14).

O ensino moralizador do autocontrole sobre o corpo tão marcante nos discursos de Instituições militares, é aqui execrado por meio de um crime hediondo relacionado a tentativa de violação sexual contra um jovem aprendiz. Ainda mais grave é a constatação de que o aliciante não era de mesma patente, mas sim se tratava de um cabo de esquadra, corroborando mais uma vez para a manutenção de uma estrutura de uso do poder coercitivo e hierárquico existente no interior dos quartéis. Essas condutas imorais que desnudavam a inocência de crianças vulneráveis e indefesas transformavam as Escolas de Aprendizes Marinheiros em ambientes não só hostis (devido à utilização da tradicional violência), como também em um recinto potencialmente prejudicial ao pleno desenvolvimento neurológico da criança.

---

15 Condutas extremas desse disciplinamento de caráter violento foram documentadas na Escola de Aprendizes Marinheiros localizada na Bahia, onde marujos foram vítimas das mais terríveis e arbitrárias sentenças, a exemplo da punição a trezentas chibatadas imposta a um aquartelado. Ver mais sobre a violência disciplinar no artigo "Voga picada": disciplina, contravenção e castigo na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910-1945) (NETO, 2009).

## 4.2 A REPRESSÃO ININTERRUPTA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA COMO EFICAZ FERRAMENTA METODOLÓGICA

Essas múltiplas faltas e deficiências presentes nos discursos teóricos orientados ao ensino profissional, instrutivo, cívico e moral, foram constantemente servidas do sucesso prático da metodologia de docilização e subjugação disciplinar:

Constitue motivo de especial desvanecimento, para este Commando, o poder consignar, nestas linhas, a ininterrupta manutenção da disciplina, observada na Escola, sob sua direcção, durante todo o anno passado e sobe de ponta essa justa satisfação, pela circumstancia de "não ter sido unica" preciso empregar meios de rigor sensivel para conduzir o pessoal atravez o cumprimento de seos deveres (LIVRO COPIADOR DE OFFÍCIO, 1908, p. 37).

Enquanto todo um sistema de formação educativa sucumbia em letras mortas, "a ininterrupta manutenção da disciplina" permaneceu viva nos olhos do corpo diretivo da Escola, tornando-se "motivo de especial desvanecimento". Nesse contexto, a obtenção de um ensino metodológico, didático e construtivo o qual conduz o indivíduo para uma formação de caráter mais intelectualizado, culturalizado e crítico, foi deixado de lado em detrimento do tradicional rigor disciplinar. Logo, qualquer abordagem pedagógica capaz de proporcionar uma melhor visualização do seu respectivo lugar social e papel na sociedade, além de conduzir da melhor maneira o indivíduo a se encontrar, se compreender e finalmente cumprir o seu dever como cidadão, foi renegada à retórica dos regulamentos, sobrevivendo de maneira absoluta a sufocante metodologia do controle.

Todo esse sistema de controle punitivo e repressivo, somado à violência que marcara o processo de recrutamento forçado e finalmente a desqualificação instrutiva e remunerativa do serviço como marinheiro, constituiu-se desde o nascimento das Companhias<sup>16</sup> como o principal motivo de descontentamento e ojeriza por parte da população (principalmente pobre), que as classificava como verdadeiros purgatórios. Não é a toa que, desde suas primeiras aparições, as Companhias sempre buscaram elevar suas aparências como ambientes vantajosos,

---

16 Vale destacar que, no que se refere a situação específica da Companhia na província da Paraíba, ainda acrescenta-se o fato da mesma ter nascido logo após as nefastas experiências oriundas do processo de recrutamento forçado com a Guerra do Paraguai.

afinal de contas eram correntes os mais diversos casos de violências relacionadas ao abuso de poder. Por isso, principalmente após as aversões experimentadas pela guerra do Paraguai, a entidade por meio de regulamentos e normativas legais buscou transfigurar sua imagem, começando segundo a historiadora Rozenilda Maria de Castro Silva:

[...] pela mudança conceitual no uso do termo "Escola" em vez de "Companhia". O corpo formador apresentou diferenciações na rede de funções: o comandante passou a ocupar o cargo de diretor; aparece, pela primeira vez, o professor de primeiras letras na relação de pessoal da instituição, embora sem referência à sua formação e à forma de acesso ao exercício do cargo; é incentivada a entrada de aprendizes com um perfil de escolarização (2017, p.50).

Essa mudança em nível conceitual e também burocrático trata-se do regulamento de 1885<sup>17</sup>, o qual a de somar-se a tantos outros com o mesmo objetivo de "abrandar" os rigores e estimular o acréscimo de mais voluntários. Dentre outras mudanças que visaram criar esse perfil de uma escola vantajosa a seus integrantes, na qual está imersa em um sistema que assevera sobre os padrões educacionais e, sobretudo humanitários, encontra-se a lei do sorteio de 1874, em que como o próprio nome sugere trata de sortear de maneira "aleatória"<sup>18</sup> pessoas para o serviço da armada quando o efetivo não for satisfatoriamente alcançado, tentando conceber um sistema menos truculento de recrutamento através da prerrogativa de substituição ao viés mandatário do recrutamento, além do pressuposto fundamentado na "imparcialidade randômica do sistema". O próprio regulamento citado acima, projeta uma maior preocupação para com o modelo qualitativo de ensino em detrimento das habituais políticas pregressas voltadas para o efetivo

---

17 Decreto nº 9.371 de 14 de Fevereiro. Para maior detalhes sobre o decreto ler o ponto 2.2 da tese da historiadora Rozenilda Maria de Castro Silva intitulado: "EDUCAR E PREPARAR MARINHEIROS PARA OS DIVERSOS SERVIÇOS DA MARINHA IMPERIAL": DECRETO NO 9.371, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885.

18 Como denota o já citado historiador Cosme Alves Serralheiro em sua tese, essa nova forma de obtenção de corpos constitui-se na realidade como uma tentativa de enganar a população utilizando da prerrogativa de que os indivíduos sorteados não estão sendo escolhidos arbitrariamente, mas sim dentro de um sistema imparcial de probabilidades. Contudo, quando constatamos as isenções disponíveis para aqueles que pudessem pagar pela retirada de seus nomes da lista de sorteio, fica claro a exatidão da matemática no ato de sortear os nomes pertencentes às camadas mais pobres. Para maior detalhes sobre a Lei do Sorteio ler o ponto 7.2 da tese intitulado: "A MUDANÇA DE HÁBITO, O SORTEIO MILITAR, UM PALIATIVO POLÍTICO-SOCIAL PARA O ENSINO MILITAR NAVAL".

aquartelamento do maior número de crianças das mais variadas idades. Nesse sentido, a predileção racional direcionada a qualificação profissional dos educadores é mais bem categorizada pelo regimento interno da Marinha no que se refere as didáticas e metodologias cada vez mais adeptas a orientação corretiva e não inteiramente punitiva. Contudo, em que se preze a sistematização do tradicional e indelével controle disciplinar-hierárquico que rege o coro de vozes e corpos silenciados, muitas dessas tentativas de conformação com a sociedade civil se constituíram rapidamente em letras mortas, devolvendo o lugar as velhas e protagonistas "vantagens" oportunistas.

Inicialmente trabalhado, o mercado que pesa os valores dos prêmios monetários por constituição corpórea dos garotos é a triste constatação de seu local social desagregado e desafortunado de qualquer proteção econômica, o qual demarca o sucesso dessa política de compra de corpos. Porém, de maneira bem mais sutil, ao adentrarem nas fileiras das Companhias esses mesmos garotos são avaliados e comparados constantemente segundo seus valores comportamentais, os quais não de classificar aqueles merecedores de reconhecimento através do prêmio Marcílio Dias, e subsequentemente os imerecedores de qualquer memória, permanecendo, portanto invisíveis mesmo após serem inseridos na tão prestigiada carreira militar:

[...] Para julgarem da classificação dos aprendizes que mais se distinguiram em aplicação e aproveitamento dos ensinamentos elementar e profissional desta Escola no corrente ano o fim de deliberar a qual deles deve ser conferido o "Premio Marcilio Dias", de acôrdo com o Regulamento baixado pelo Decreto vinte e treis mil quinhentos e sessenta e quatro de sete de dezembro e mil novicentos e trinta e treis. Após minucioso exame das notas de aproveitamento mensal e de exames dos periodos do ano letivo de mil novicentos e trinta e sete, resolveu, em observancia aos artigos treis, quatro e cinco do mesmo regulamento, conferir o "Premio Marcilio Dias" ao Aprendiz Marinheiro numero um - Jacy Ferreira Pinto, que melhor classificação obteve e classificou nos segundos e terceiro lugares da turma que concluiu o curso Escolar os Aprendizes - treis - José Peixoto de Araujo e quarenta e seis - José Ribamar Gurgel do Amaral, respectivamente (LIVRO DE ATAS PARA OBTENÇÃO DO PREMIO MARCILIO DIAS, 1934, p. 04)

Esta aplicação do aproveitamento do ensino elementar e profissional que garantiu o merecido prêmio Marcílio Dias ao aprendiz Jacy Ferreira Pinto, personificava o ideal de competitividade por meio da hierarquização dos alunos.

Apesar de natural em todo o método avaliativo, a depender do método (avaliação formativa), a competitividade pode beneficiar o desenvolvimento de todos no que se refere ao alcance de sua máxima potencialidade, porém ao se tratar de um ensino coercitivo, hierárquico e punitivo, a competitividade só contribuiria para uma visão de desenvolvimento ideal não ao aluno, mas o ideal esperado pela instituição da Marinha. Assim sendo, o padrão de excelência (PERRENOUD, 1984) chamado Jacy Ferreira Pinto, seria o aprendiz dotado de todas as qualidades formadoras de um bom exemplar de marinheiro quais sejam: de um indivíduo inteiramente compassivo as normas escolares, submisso as leis navais, disciplinado e a todo momento obediente, o que em outras palavras de mesmo valor semântico significaria um indivíduo sem ação, sem imaginação e sem vontade própria.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi diante do imperativo do soberano Imperador que a pequena província da Paraíba passa a fazer parte dos grandes intentos governamentais, quais sejam no período monárquico, a salvaguarda da Nação. Por se tratar de uma seguridade marítima, coube à Marinha, a responsabilidade de formar os futuros homens do mar nas mais notáveis qualificações físicas, técnicas e morais, todas essas igualmente necessárias para o difícil trabalho em águas turbulentas. A cultura escolar criadora das Companhias foi escolhida como a pedra estanque das turbulências nacionais, perpassando os fundamentais conceitos formadores do ideal profissional marinheiro, seja em seu momento criativo (Monarquia), ou até mesmo com sua permanência durante a máxima civilizacional que conduzia o período republicano. Contudo, é justamente diante da sobrevivência dessas Companhias as quais reluziam brilhos que deveriam ser sumariamente fustigadas pelas novas luzes inebriantes do republicanismo, que se constata as mesmas como entidades necessárias para a conservação de uma ordem dimensional inteiramente similar as antigas relações de poder.

A pitada adicional de civilização não foi capaz de adocicar as amargas tradições, pois em que se preze a formação das Companhias desde seus passos iniciais até seus últimos suspiros de existência, as mesmas nunca deixaram de estruturar-se sobre uma cultura instrucional militarizada, em que o rígido e desmedido controle desvinculava-se totalmente de qualquer outra estrutura de ensino civil. Esse anseio do corpo naval por controlar integralmente mente e corpo de um indivíduo, coagindo-o a tornar-se totalmente disciplinado e subserviente, perpassa estruturas relacionadas a vigilância cerrada e desconfiança velada do oficialato para com figuras pobres e órfãs, onde qualquer desvio de conduta era tratado como reflexo de sua experiência de vida desequilibrada em princípios morais, legitimando-os a continuarem no processo de "olaria de corpos" por meio de uma cultura regada de violência física diante dos castigos corporais diversos, assim como da violência psicológica sempre permanente na discriminação social que os classificavam como seres inferiorizados tanto em seus pensamentos ociosos e incultos, quanto em suas ações continuamente observadas e consideradas

questionáveis e muitas vezes grotescas aos novos padrões de civilidade. A partir disso, vários são os casos de fugas e evasões de menores desses modelos escolares, refletidos durante os anos de vigência através de leis e decretos que buscaram amenizar alguns de seus aspectos, porém nunca abrindo mão de sua marca registrada, qual seja, a estigmatização do público alvo que comporia as salas de aulas da instituição. Um ambiente mantenedor de tamanha tensão relacional não haveria de proporcionar uma boa estadia aos remetidos, confluindo de igual modo para a má fama que sobrevoava aquele ambiente considerado (aos mesmos moldes discriminativos) como sanguinário e desumano.

Sendo assim, a Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba junto às correligionárias anteriores ou posteriores a mesma, foram encarregadas desde seus respectivos surgimentos de inúmeros princípios reformadores, que só aumentaram com o passar do tempo. Para a instituição localizada na Paraíba, seu nascimento constituiu a relação transacional e dispare entre dois modelos representativos de poder, os quais mesmo mediante suas vultosas diferenças, ainda algutinavam-se sobre os mesmos fundamentos protecionistas/conservadores de controle sobre as classes ociosas, culminando por legar tais instituições dos mesmos princípios norteadores. À vista disso, as Companhias não somente se constituíram como o "último recurso para meninos sem jeito" (REGO, 1975, p. 04) , como na verdade se autoproclamaram como únicas disponíveis à condução dessas categorias desajustadas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

BRASIL. Decreto n. 6.582, de 1o de agosto de 1907. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 3 set. 1907, p. 6567. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20 out. 2021.

Decreto N. 4680 de 17 de janeiro de 1871 do Palácio do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Séria: Marinha. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2105/000152.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

PARAÍBA. Livro Copiador de Officio 1906-1908. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1901, p. 05.

PARAÍBA. Livro Copiador de Officio 1906-1908. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1905, p. 14.

PARAÍBA. Livro Copiador de Officio 1906-1908. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1908, p. 37.

PARAÍBA. Livro de Acta do Conselho de Disciplina. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1928, p. 13,14,15.

PARAÍBA. Livro de Acta do Conselho de Disciplina. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1928, p. 13.

PARAÍBA. Livros de Copiador de Officio 1909-1911. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1909, doc. 190.

PARAÍBA. Livros de Copiador de Officio 1909-1911. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1911, doc. 296.

RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Atas para Obtenção do Premio Marcilio Dias. Rio Grande do Norte: Arquivo da Marinha do Brasil, 1934, p. 04.

RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Castigos para Sargentos. Rio Grande do Norte: Arquivo da Marinha do Brasil, 1934, p.07.

RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Ordem do Dia nº 14. Rio Grande do Norte: Arquivo da Marinha do Brasil, 1938, p. 07.

RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Termos de Concurso de Professores desta Escola. Rio Grande do Norte: Arquivo da Marinha do Brasil, 1933, p. 07.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Conservadora, 1871, p. 11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/598/000011.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Conservadora, 1871, p. 11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/598/000011.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Conservadora, 1872, p. 08. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u514/000008.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Conservadora, 1873, p. 07. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2109/000010.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Conservadora, 1882, p. 09-10. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/608/000010.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

RPP – Relatório de Presidente de Província. Relatório provincial. Parahyba do Norte: Typ. Liberal Parahybana, 1878, p. 46-47. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/604/000045.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Sandra Vandrêa Marcelino. **“Indisciplinado, ofendeu com palavras obscenas”: disciplina e castigo na Escola de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte (1930-1942)**. 2018. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42316>. Acesso em: 05 out. 2021.

ANDRÉ, Marli. **Avaliação escolar: Além da meritocracia e do fracasso**, Cadernos de pesquisa, n. 99, p. 16-20, 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/781>. Acesso em: 21 mai 2021.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramlhete. 35. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault\\_vigiar\\_punir.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf) f. Acesso em: 22 mar. 2020 p. 118.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**, Revista Brasileira de História da Educação, n°1, p. 01-35, jan/jun 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/37742506.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

JÚNIOR, Azemar; ANDRADE, Vivian. **Escritas do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. João Pessoa: Ideia, 2019. ISBN 978-85-463-0411-0. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58049126>.

LINS, M. R. F. **Viveiros de “homens do mar”: escolas de aprendizes-marinheiros e as experiências formativas na marinha militar do Rio de Janeiro**. 2012. 283 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T\\_monicalins.pdf](http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_monicalins.pdf). Acesso em: 17 abr 2021.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. Malabares Comunicação e Eventos Ltda., 2a edição. 2005; Monografia em Português Coleciona SUS | ID: biblio-924657 Biblioteca responsável: BR1758.1 Localização: BR1758.1; 371.26, L954a. .ed. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-924657>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MACHADO, Gisele Terezinha. **Escreveu não leu o pau comeu: A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90705>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**, 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7765?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7765?locale=pt_BR). Acesso em: 31 ago. 2021.

Marques, V. R. B., & Pandini, S. **Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista**. *Revista Brasileira De História Da Educação* n° 8 jul./dez. 85-104, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/3868>. Acesso em: 09 abr. 2021.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5964>. Acesso em: 14 abr 2021.

NETO, R. C. B. **"Voga picada": disciplina, contravenção e castigo na Escola de Aprendizes-Marinheiros**. in: ANPUH, n° 25 SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA,

2009, Fortaleza. Disponível em:  
[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_0278f7a9229c9654f9b5559aa7368fcd.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0278f7a9229c9654f9b5559aa7368fcd.pdf). Acesso em: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, D. L. S. **Avaliação no ensino de História: Significados e Possibilidades**. REGAR, Santa Maria, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133829260>. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo1279899-avalia%C3%A7%C3%A3o-ensino-de-hist%C3%B3ria-significados-e-possibilidades/Bibliography#tabnav](https://redib.org/Record/oai_articulo1279899-avalia%C3%A7%C3%A3o-ensino-de-hist%C3%B3ria-significados-e-possibilidades/Bibliography#tabnav). Acesso em: 26 mai 2021.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3741456>. Acesso em: 12 mai 2021.

PRATES, R. F. F. **Escola de aprendizes marinheiros: uma educação para as camadas populares na Marinha do Brasil**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio>. Acesso em: 21 abr 2021.

REGO, José. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1901, Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-doidinho-jose-lins-do-rego-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 16.

SERRALHEIRO, Cosme, Alves. **A (RE)ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A FORMAÇÃO MILITAR NAVAL: PROJETOS IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” PARADIGMA EDUCACIONAL (1840-1885)**. Tese (Doutorado) Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2021.

Silva, R, M, C. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)** / Rozenilda Maria de Castro Silva. — Teresina: Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017. xvi, 220 f. : il. Disponível em: [https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/15\\_A\\_R%C3%81TICA\\_EDUCATIVA\\_NA\\_COMPANHIA\\_DE\\_APRENDIZES\\_MARINHEIROS\\_DO\\_PIAU%C3%8D\\_1874\\_a\\_191520190708103134.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/15_A_R%C3%81TICA_EDUCATIVA_NA_COMPANHIA_DE_APRENDIZES_MARINHEIROS_DO_PIAU%C3%8D_1874_a_191520190708103134.pdf). Acesso em: 30 dez. 2021.

SOARES JUNIOR, A. dos S.; CURY, C. E. **“Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871 – 1890)**. Educação & Formação, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 112–130, 2019. DOI: 10.25053/redufor.v4i10.581. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/581>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOARES JÚNIOR, A. dos S.; SAORES DE LIMA, L. F. **A ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAIBA E OS DISCURSOS EDUCATIVOS SOBRE UM PRÉDIO QUE JÁ NASCEU DOENTE**. Revista Temas em Educação,

[S. l.], v. 30, n. 2, p. 205–224, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n2.58276. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/58276>. Acesso em: 26 out. 2021.

SOARES JUNIOR, A. S.; LIMA, L. F. S.; **O alistamento de menores e a disciplina de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nas primeiras décadas do século XX**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e10885, ago. 2021. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10885>. Acesso em: 21 set. 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras: 1991, Disponível em: [https://www.academia.edu/15399949/Costumes\\_em\\_Comum\\_Edward\\_Palmer\\_Thompson](https://www.academia.edu/15399949/Costumes_em_Comum_Edward_Palmer_Thompson). Acesso em: 30 mar. 2020. p. 293.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: [https://www.academia.edu/29700178/THOMPSON\\_E\\_P\\_A\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_classe\\_oper%C3%A1ria\\_inglesa\\_Vol\\_I](https://www.academia.edu/29700178/THOMPSON_E_P_A_forma%C3%A7%C3%A3o_da_classe_oper%C3%A1ria_inglesa_Vol_I). Acesso em: 27 set. 2021.

TURINI, L. D. A. (2008). **A avaliação no contexto da ação pedagógica do professor de história**. *EDUCAÇÃO E FILOSOFIA*, 10(20), 296. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/959>. Acesso em: 12 mai 2021.